



CUT  
SÃO PAULO

CONFETAM

Fetam

Maio 2019 | nº 381

ESTOPIM

#CAMPANHASALARIAL2019

# TODOS NA ASSEMBLEIA GERAL PERMANENTE NO DIA 22 DE MAIO!

**A**s negociações da Campanha Salarial com a Prefeitura de Santo André continuam sem avanço. A Secretaria de Administração comunicou ao Sindicato na quarta-feira (15) que até o dia 21 será apresentada uma contraproposta do reajuste salarial, pois depende de uma conversa com o prefeito.

Diante disso, o Sindicato convoca todos para uma nova assembleia no dia 22 de maio, quarta-feira, a partir das 18h, no Paço.

Até agora, foram realizadas quatro rodadas entre o Sindicato e a Administração.

A Direção do Sindicato informa que a Prefeitura se mantém intratigente e se recusa em avançar na pauta da categoria, aprovada em assembleia no dia 22 de março, que engloba cerca de 63 cláusulas sociais e econômicas, com sugestões de melhorias em suas redações.

**LOCAL:**

**PAÇO MUNICIPAL**

**HORÁRIOS:**

**18H00 - 1º CHAMADA**

**18H30 - 2º CHAMADA**



# FIQUE POR DENTRO DAS NEGOCIAÇÕES

PROPOSTA DO SINDSERV SANTO ANDRÉ		CONTRAPROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
	Rreposição da inflação dos últimos 13 meses mais aumento real de 5%. O que daria em torno de 10,13% de índice. Sendo 4,94% inflação de abril/2018 a março de /2019, mais a projeção da inflação de abril/2019 de 0,57% e reajuste real de 5%.	Somente a reposição integral da inflação de 12 meses: 4,94%, mas parcelada em duas vezes sendo a primeira em maio e a segunda em agosto. Além disso, essa reposição seria apenas nos salários e não nos demais benefícios como cesta básica, auxílio creche, entre outros.
	Solicita aumento para 06 faltas/ano; a exclusão de não haver falta injustificadas nos 12 meses anteriores e falta natalícia possa ser tirada no mês de aniversário.	Abomina qualquer aumento na quantidade de falta abonada. Não aceita alteração na falta natalícia, ou seja, manutenção de gozar somente no dia do aniversário.
	Solicita custeio do valor e a extensão para todos servidores que exercem a função de motorista.	Irá reembolsar somente quem trabalha no transporte coletivo de urgência e de emergência, nos moldes que se encontram atualmente (valor de 200 reais)
	Solicita a redução da jornada para 30 horas para merendeiras, lacteristas, psicólogos, profissionais da área da saúde e ajudantes de cozinha, sem redução dos salários.	Governo indica que deve haver lei específica de cada categoria e a negociação junto ao secretário da pasta.
	Solicita o pagamento em pecúnia com crédito direto em folha de apagamento, de acordo com opção de cada servidor.	Não aceita alteração no que está sendo praticado atualmente, que segue a legislação e está em fase final de inclusão do vale transporte em cartão para quem utiliza transporte intermunicipal.
	Solicita reajuste no valor, a inclusão dos inativos na apólice e um valor diferenciado para quem exerce a função de GCM.	Oferece reajustar de acordo com o índice definido de reposição salarial, não aceita incluir os inativos e o valor diferenciado para o GCM somente com previsão da Secretaria de Segurança Cidadã.
	Solicita o pagamento para todos os trabalhadores no valor de R\$ 30 por dia.	Disse que após estudos não têm dinheiro para pagar o benefício. Lembrando que foi o próprio Governo que procurou o Sindicato, após receber as inúmeras reclamações feitas contra as marmitas, servidas até com larvas, de que faria esse estudo para conceder o benefício aos servidores.
	Solicita acabar com os níveis diferentes para o mesmo cargo e propõe isonomia de salários pelo de maior valor.	Disse que somente através de lei própria para tal finalidade em que o secretário da pasta faça e apresente o estudo de viabilidade ao governo.
	Solicita o aumento no valor de R\$ 110 para R\$ 150 e a extensão para todos (servidores ativos e inativos).	O Governo não quer reajustar o valor de acordo com índice de reposição salarial. Além disso, quer excluir os professores por conta da hora atividade e do horário de flexibilização.
	Apresentou uma contraproposta ao governo de correção da curva que atingiria todas as categorias com reajuste mínimo de 11,37% para implementação em dois anos.	Disse não ser possível atender a nossa contraproposta e só quer entrar no assunto após a conclusão do Acordo Coletivo 2019.